

## **A abordagem territorial de desenvolvimento no Território da Cidadania da Grande Dourados: aspectos da organização e desenvolvimento de agricultores familiares<sup>1</sup>**

**Gilson Carlos Visú<sup>2</sup>  
Adauto de Oliveira Souza<sup>3</sup>**

**Resumo:** A abordagem territorial foi institucionalizada no Brasil com a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PRONAT) em 2003, e do Programa Territórios da Cidadania (PTC) em 2008. O objetivo era possibilitar a organização dos agricultores familiares e das comunidades indígenas e quilombolas, por meio de um colegiado de desenvolvimento territorial, fórum de debates e planejamento de estratégias para propor ações indutoras de dinâmicas produtivas com capacidade de gerar inclusão social e reconfigurar o desenvolvimento do território. No Território da Grande Dourados (MS) as ações da Associação dos Produtores de Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) assumiram características da abordagem territorial.

**Palavras-chaves:** Abordagem territorial, Território da Grande Dourados, APOMS.

## **The territorial approach to development in the Territory of Citizenship of Grande Dourados: aspects of family farmers' organization and development.**

**Abstract:** The territorial approach was institutionalized in Brazil with the implementation of the National Program for Sustainable Territorial Development (PRONAT) in 2003 and the Territorial Citizenship Program (PTC) in 2008. The objective was to enable the organization of family farming and indigenous communities and quilombolas, by means of a collegiate of territorial development, forum of debates and planning of strategies to propose actions inducing productive dynamics with capacity to generate social inclusion and to reconfigure the development of the territory. In the Territory of Grande Dourados (MS) the actions of the Association of Organic Producers of Mato Grosso do Sul (APOMS) assumed characteristics of the territorial approach.

**Key-words:** Territorial approach, Territory of Grande Dourados, APOMS.

---

Submetido em 30.07.2019; aprovado em 15.08.2020

### **1. Introdução**

No Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) houve uma intensificação das propostas de políticas governamentais voltadas para a agricultura

---

<sup>1</sup> Texto revisto e modificado de um trabalho apresentado no XII Encontro Nacional da ANPEGE, em Porto Alegre, 12 a 15 de outubro de 2017.

<sup>2</sup> Doutorando em geografia na Universidade Federal da Grande Dourado; e-mail: gilsonvisu@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; Professor Titular Aposentado da Universidade Federal da Grande Dourados, e-mail: adautosouza@ufgd.edu.br

familiar por meio da abordagem territorial de desenvolvimento, metodologia que se vale do conceito de território para propor novas dinâmicas de desenvolvimento para a produção, comercialização e fortalecimento de cadeias produtivas. Esta abordagem tem foco no desenvolvimento local e, planejamento e estratégias endógenas, envolvendo o poder público e a sociedade civil organizada (agricultores familiares, associações, cooperativas etc.).

Neste contexto, se insere o *Programa Territórios da Cidadania (PTC)*, criado em 2008, com o objetivo declarado de “promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”.

Em Mato Grosso do Sul foram criados 04 Territórios: Cone Sul; da Reforma, Vale do Ivinhema e Grande Dourados. Neste trabalho, discutimos as ações da Associação dos *Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS)*, cujas diretrizes de atuação se pautam pela abordagem territorial de desenvolvimento, base teórica do PTC, assim como do Programa “Territórios Rurais”, seu antecessor.

O objetivo deste artigo é demonstrar a absorção da abordagem territorial de desenvolvimento utilizada no Programa Territórios da Cidadania (PTC) pela *Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS)*, como estratégia para o desenvolvimento pelo referencial conceitual da categoria território. Para isto, apresentaremos uma breve reflexão sobre a abordagem territorial de desenvolvimento e alguns desdobramentos do PTC no Território da Grande Dourados. E, para demonstrar os reflexos desta abordagem, apresentaremos informações que obtivemos em trabalhos de campo, referente as ações materializadas como desdobramento das atividades do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e da participação da APOMS.

Ao fazer o trabalho de campo para a pesquisa de doutorado, constatamos “inspirações” das ações da Associação dos Produtores de Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) nas diretrizes fundantes do PTC. Tal constatação se baseia, por exemplo, no relato do ex-presidente da Associação: muitas ideias que implementaram nasceram porque compreenderam o “desenvolvimento territorial”.

A APOMS tem sua sede em Glória de Dourados (MS), município integrante do Território da Cidadania da Grande Dourados (MS), recorte geográfico de investigação de nossa pesquisa. A participação da associação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território da Grande rendeu destaque no panorama dos debates e planos de ações do referido território.

## 2. Políticas direcionadoras do território Mato-grossense

A formação socio espacial de Mato Grosso do Sul está correlacionada com as direções que as políticas governamentais apontaram para esta delimitação espacial e aos seus sujeitos. Foram várias etapas que concentraram esforços ora em “ocupar” o interior do Brasil com a “Marcha para o Oeste” nos anos 1940 com a instituição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), ora em ampliar a capacidade produtiva brasileira ao abrir novas frentes com o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados – PRODEGRAN, nos anos 1970.

As contradições existentes no meio rural em Mato Grosso do Sul foram provocadas pelos processos que resultaram na sua estrutura fundiária e produziram paisagens complexas e destoantes entre si. De um lado temos o agronegócio que coloca Mato Grosso do Sul em patamares elevados de produtividade agrícola provados pela modernização da agroindústria e a expansão das áreas “produtivas”<sup>4</sup>.

Em outro campo social, estão presentes trabalhadores rurais, que faziam parte da mesma produção latifundiária monopolista, mas como empregados (no passado mais “remoto”, escravos). Estes remanescentes espalham-se pelo território e o contraste entre as condições de suas práticas e as do agronegócio, dão origem a fissuras que precisam ser consideradas pelo Estado e “corrigidas”.

No processo da correção destas fissuras sociais provocadas pelo contraste dos meios de produção entre agentes do agronegócio e agricultores familiares, surgem políticas de governo com a finalidade de direcionar recursos para atenuar as contradições e possibilitar a entrada destes trabalhadores no mercado capitalista.

Com a modernização do campo, o aumento do uso de maquinários e emprego de técnicas, estes trabalhadores migraram para as cidades. Como sujeitos do campo que são, puseram-se a lutar por terras, organizados em movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Estes movimentos e a

---

4 Conforme a análise feita por Faccin (2017) sobre a expansão de soja entre 1990 e 2015 em Mato Grosso do Sul, a autora afirma que: “Pode-se determinar que a expansão da quantidade produzida se dá de maneira horizontal e vertical, ou seja, através do aumento da área plantada (conforme demonstrado na figura 4) e também pela intensificação tecnológica, que possibilita aumento da quantidade produzida por unidade de área (produtividade da terra, do trabalho e do capital). Logicamente, o aumento da quantidade produzida indica o aumento da demanda externa por soja, coincidindo com o período mundial conhecido como “superciclo de commodities”, que discutiremos mais à frente em nosso trabalho”. (FACCIN, A. C. T. M, p. 41, 2017).

promulgação da Constituição de 1988, que assegurava direitos sociais, entre eles a garantia da reforma agrária e a demarcação de terras indígenas, possibilitou uma organização ainda maior destes grupos seja nas conquistas de terras ou por demandas de políticas públicas voltadas para a classe trabalhadora do campo.

A origem destes trabalhadores contribuiu com as políticas públicas surgidas em 2003 para a agricultura familiar, que apresentou uma nova formatação do espaço. O território passa a configurar como categoria geográfica principal para o campo de ação destas políticas.

A população de Mato Grosso, segundo Abreu (2001), “até 1970 era eminentemente rural, e passa, com o processo de intervenção em pauta [SUDECO<sup>5</sup>], a ser urbana, este aspecto tem a ver com as mudanças que ocorrem nas áreas rurais, origem da maioria das cidades do espaço mato-grossense” (ABREU, 2001, p. 23). Em 1975 com a intervenção da SUDECO, já havia uma nova configuração populacional (ABREU, 2001, p. 23). Não que a SUDECO tenha sido o único fator que contribuiu para esta alteração. Ainda segundo Abreu (2001), este processo de alterações no espaço mato-grossense:

São decorrentes do modelo econômico implantado já na década de cinquenta, mas que nos anos pós-Golpe se intensificaram e teriam no Governo militar e ditatorial instalado toda a possibilidade de realizar-se plenamente, estando alicerçado no tripé a partir da aliança do Estado nacional com o capital privado nacional e internacional, no qual prevalecem os interesses dos grandes monopólios industriais. (ABREU, 2001, p. 23)

---

5 “Em 1º de dezembro, por meio da Lei nº 5365/67, é criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) - autarquia vinculada ao então Ministério do Interior, no governo Costa e Silva. Mesmo sem incentivos fiscais, a Sudeco colabora na implementação de programas especiais para as áreas de cerrado e do pantanal mato-grossense e na integração rodoviária da região com o resto do País. Anos depois, em 1975, lança-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), com o objetivo de fomentar os estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para implementação de inovações técnicas que tornariam o cerrado brasileiro apto à produção agrícola. Em 1990, com a crise econômica e o crescimento vigoroso da adoção do modelo neoliberal, que defende a redução da ingerência do Estado na economia, enfraquecem os mecanismos e programas de planejamento estatal a Sudeco é extinta. Em janeiro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei Complementar nº 129, recriando a Sudeco, instituição de natureza autárquica especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Com sede e foro em Brasília, abrange os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal. Em 4 maio de 2011, a presidenta Dilma Rousseff assina o Decreto Presidencial nº 7.471 e a Sudeco volta a existir como autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional” (BRASIL, 2017) - Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/web/guest/historico#> Acesso em 03/01/2017.

Na década de 1950 o Brasil adotou o discurso da modernização por meio da industrialização e da indução do crescimento econômico, e mesmo a partir de 1964 com a ditadura militar, continuou neste rumo: de busca do desenvolvimento, sobretudo o crescimento econômico. Ficou famosa a expressão de Delfim Netto,<sup>6</sup> de “crescer o bolo para depois repartir”, ou seja, o Brasil precisava crescer a qualquer custo, não importava que este crescimento acontecesse de maneira desigual e mal distribuída. O país precisava de um lastro internacional para assegurar a consolidação dessa sonhada “modernização” no mercado internacional.

O período pós II Guerra Mundial foi delineado por acordos firmados e a criação de organismos internacionais. A exemplo, temos a Organizações das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de interceder na geopolítica global zelando pela paz mundial, e o Banco Mundial, que surgiu pelas conferências de *Bretton Woods* em 1945, no intuito de reconstruir a Europa e os países devastados pela guerra. No plano de reconstrução estava embutido o desenvolvimento econômico com base em planejamentos focados na região (ABREU, 2001, p. 78).

Trata-se de uma teoria econômico-espacial, voltada justamente para o diagnóstico do conjunto de elementos que conduzem a desigualdades regionais e para o prognóstico, calcado na racionalização do uso do território, a partir de uma programação que pretende desencadear políticas de planejamento e que vislumbra o papel do Estado enquanto gestor/indutor destas políticas. (ABREU, 2001, p. 78).

O Brasil se estruturou neste tripé apontado por Abreu (2001), que são: o Estado nacional, o capital privado nacional e o capital internacional. Juntos, formam os componentes da estratégia do crescimento econômico, quiçá do desenvolvimento, utilizados no projeto “Brasil-Potência”. Neste projeto é previsto a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia (Abreu, 2001, p. 23-24). Esta ocupação permitiria a “modernização” da agricultura e a expansão da produção monocultora e latifundiária para exportação. Por outro lado, em alguns polos de desenvolvimento regional, concentraria a instalação ou modernização da indústria. A modernização da indústria está ligada a expansão da ocupação territorial, a agricultura e a indústria de complementam, inclusive se fundem em polos agroindustriais.

### **3. Abordagem de desenvolvimento territorial**

Nos anos 2000 despontaram propostas de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar que utilizam a abordagem territorial para propor novas dinâmicas de

---

<sup>6</sup> Antônio Delfim Netto foi ministro da Fazenda de 1967 a 1974, ministro da Agricultura em 1979 e ministro do Planejamento entre 1979 e 1985.

desenvolvimento e que envolvem o poder público e a sociedade civil organizada (agricultores familiares, associações, cooperativas etc.).

A abordagem territorial surgiu como possibilidade de planejar e aplicar políticas públicas de indução de desenvolvimento para além da categoria geográfica região, que esteve presente – historicamente – em várias políticas brasileiras. No entanto, esta categoria destaca-se por delimitações espaciais robustas, e atende a um formato de políticas mais centralizadas que não alcançam os sujeitos do campo mais fragilizados. Por isso, para atender estes sujeitos, adotou-se no Brasil nos anos 2000, a abordagem territorial de desenvolvimento, que utiliza a categoria geográfica território para dinamizar a produção, comercialização e fortalecer cadeias produtivas adequadas a agricultura familiar. Ao diminuir a delimitação espacial para o território, facilitou a dinâmica de propor soluções por meio de políticas públicas com o diferencial de que os sujeitos fins pudessem participar diretamente dos debates e decisões, unindo esforços em planejamentos que orientassem ações rumo ao desenvolvimento territorial.

Do ponto de vista da escala, a proposta da abordagem territorial na figura do PTC, é como se o botão do *zoom* fosse acionado para diminuir a delimitação espacial a um tamanho que possibilitasse aplicar políticas descentralizadas e envolver os sujeitos na missão de dinamizar o território que fazem parte. Neste movimento, aquilo que está posto no território é ampliado, principalmente os problemas e as demandas dos sujeitos agricultores familiares.

Em 2003 a abordagem territorial de desenvolvimento foi aplicada aos Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sob o comando da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Este Programa foi ampliado em 2008 pela proposta do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que envolveria 22 Ministérios no seu orçamento, e com isso, atuaria de forma sistemática no campo e na cidade. Apesar desta ampliação, a nossa pesquisa consiste em analisar os reflexos das ações do PTC para sujeitos do campo.

Tanto no PRONAT quanto no PTC, os territórios foram delimitados em grupos de municípios com a presença de: agricultura familiar, comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores, e por características culturais e também pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Segundo Schneider (2004), a abordagem territorial:

[...] pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo. (SCHNEIDER, 2004, p. 99).

Além de utilizar o conceito de território para ensejar uma organização produtiva entre os sujeitos, a abordagem territorial delimita um espaço, com o objetivo de direcionar a sua reconfiguração. Propõe que os sujeitos adotem a ideia de uma delimitação espacial que somada ao conceito de território possibilita o planejamento de ações que possam fomentar o desenvolvimento destes.

A consideração de uma nova perspectiva de espacialidade em políticas públicas, passa pela “urgência” de descentralizar as políticas públicas, adaptando-as ao mercado globalizado pelo modelo neoliberal adotado por grande parte dos Estados Nacionais do ocidente. Logo, uma reconfiguração do espaço possibilitaria esta descentralização e conseqüentemente, o incentivo da participação social. Neste sentido, Favareto (2010) afirma que:

A descentralização das políticas e também da atividade industrial, associada à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuiu para que, particularmente nos meados dos anos 1980 e nos anos 1990, se institísse um padrão em que, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais. Aqueles processos sociais e econômicos de corte eminentemente territorial, e não mais meramente setorial, e esse novo padrão são, em síntese, as principais razões da emergência e consolidação dessa nova abordagem. (FAVARETO, 2010, p. 299).

A consolidação da abordagem territorial acontece pelo fato de oportunizar uma descentralização das políticas públicas e a proposição da participação dos sujeitos em formas de representações sociais, associações, cooperativas, consultorias e o poder público municipal, estadual e federal. O foco territorial possibilita ao Estado propor um pacto entre o público e o privado na construção de políticas públicas.

Neste sentido, a abordagem de desenvolvimento em questão, pode ser compreendida pela afirmação de Silva (2012):

A abordagem territorial pode ser entendida como um novo paradigma de referência ao planejamento da ação pública na medida em que se constitui como um modelo para representar uma determinada realidade regional, socioeconômica e político-institucional, ou seja, o contexto no qual vivem as pessoas, as entidades governamentais, as empresas e demais organizações existentes. (SILVA, 2012, p. 155).

O território ganha centralidade neste processo de descentralização, e Programas como o PRONAT e o PTC, buscam na Geografia definições para aplicar na implantação da abordagem territorial no Brasil. Neste sentido, para Santos (2006) “[...] o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2006, p. 13). Este campo de forças e poderes seria utilizado pelo Estado como potencialidade ao desenvolvimento entre os sujeitos ao lançar políticas de foco no desenvolvimento territorial.

#### **4. O território da Grande Dourados**

O Território da Grande Dourados (TGD), demonstrado na figura 01 na página seguinte, está localizado na porção sul de Mato Grosso do Sul e, é composto por 12 (doze) municípios. Possui uma população de “352.056 habitantes e uma densidade demográfica de 17,90 habitantes por quilômetro quadrado”, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (PTDRS, 2011, p.14).

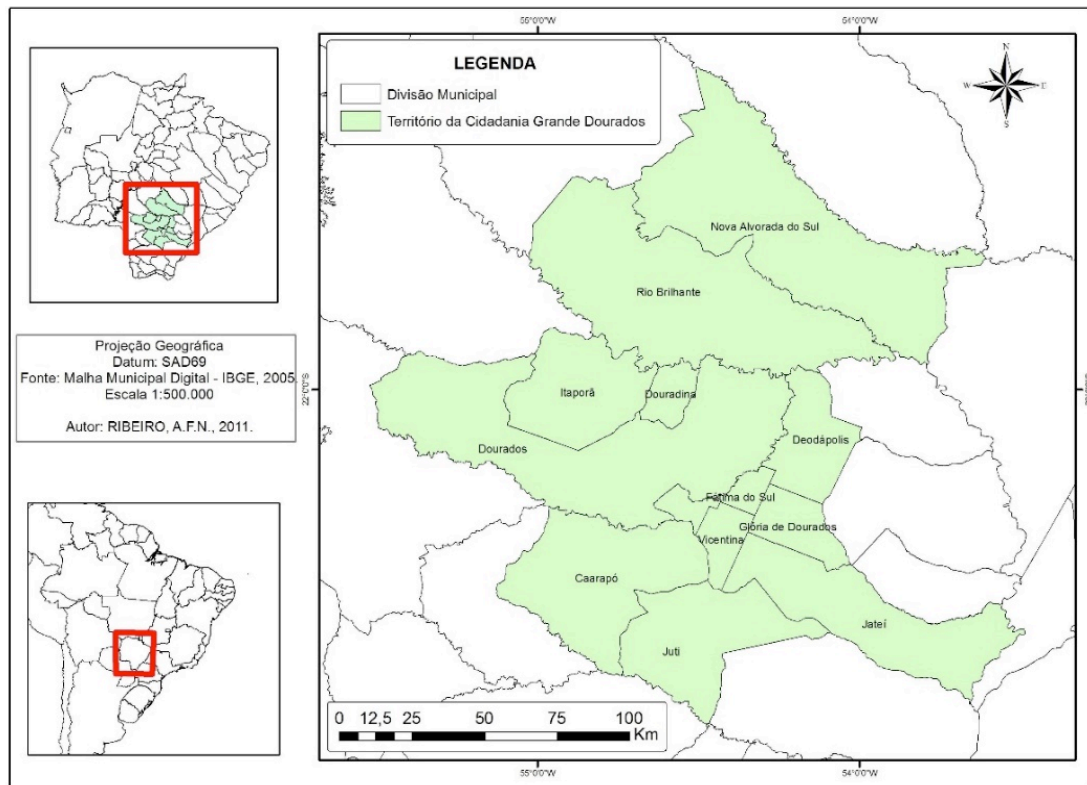
As principais ações do Território da Grande Dourados localizam-se na área que foi estabelecida a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) em 1948, em decorrência da política de ocupação do interior do Brasil proposta em 1938 no governo de Getúlio Vargas. Um contingente de migrantes, principalmente nordestinos, se estabeleceram nos loteamentos oferecidos pela CAND, consolidando a formação espacial da Grande Dourados.

Ao pesquisarmos o PTC pelo recorte do Território da Grande Dourados (figura 01) encontramos uma adversidade na implementação do referido Programa quanto ao funcionamento das atividades do colegiado. As reuniões e assembleias foram interrompidas em 2014 porque este território não foi contemplado com um Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET).



Anteriormente, o CODETER funcionava através de gestão feita por entidades parceiras privadas, que recebiam os recursos do MDA e contratavam transporte, alimentação, ou seja, organizavam o acontecimento das reuniões e sobretudo o alinhamento e cumprimento entre as agendas da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e dos Territórios. No entanto, em alguns Territórios houve problemas na execução desta atribuição de gestão feita pelas entidades parceiras, comprometendo a ocorrência das reuniões do colegiado. Justamente para solucionar este problema os NEDETs foram pensados a partir de projetos de pesquisas via universidades no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Figura 01: Mapa do Território da Grande Dourados



Quanto ao assunto dos NEDETs, em outra entrevista, que fizemos em Brasília junto ao Ao entrevistarmos um integrante do CODETER, ele nos apresentou o problema desta descontinuidade da agenda do colegiado, mas também nos relatou ações da associação da qual faz parte: a Associação dos Produtores de Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS).

Nesta entrevista obtemos a confirmação da informação de que o Território da Grande Dourados não teve projeto aprovado pelo CNPq, portanto não fora constituído um NEDET para este território e, por este motivo o CODETER encontrava/encontra-se parado, conforme relato do entrevistado. Este senhor participou desde a implantação do Território da Grande Dourados em 2003, foi articulador político do MDA em Mato Grosso do Sul, atualmente é membro do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território da Grande Dourados, e também é associado da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do SUL – APOMS.

Secretário de desenvolvimento territorial, Sr. Humberto de Oliveira, foi apontado alguns problemas que também aconteceram na implantação dos NEDETs, conforme o trecho da entrevista:

Há uma certa dificuldade de algumas equipes de professores entenderem que o protagonismo é do colegiado e não do NEDET. Não dá para o assessor assumir o lugar da população ali representada e começar a fazer as reivindicações, o planejamento, enfim, a conduzir o projeto do território. Porque aí seria um processo de fora para dentro. Então nós estamos vivendo bem este momento, que é novo. (Entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto de Oliveira: Brasília – 02/12/2015).

Pelo exposto, além de vários territórios não terem sido contemplados com NEDET, houve uma dificuldade em relação a alguns casos em que professores proponentes destes projetos, não compreenderam muito bem o papel que desempenhariam com o CODETER.

Os NEDET teriam como objetivo dar sustentação aos colegiados, facilitar a ocorrência das reuniões, para que o planejamento e as decisões tomassem o curso que a abordagem territorial propõe. Mas para desempenhar esse papel, antes de tudo é preciso compreender a abordagem territorial de desenvolvimento, que tem como base fundamental a participação social e o protagonismo dos sujeitos do território. Estes sujeitos, mediante as condições do território, planejariam ações para sanar as suas próprias demandas. Já os NEDET contribuiriam para organizar o processo de mobilização das articulações, reuniões, encaminhamentos de projetos e acompanhamentos das execuções. Pela perspectiva da abordagem territorial, não caberia a estes docentes fazer proposições, mas sim mediá-las. No entanto, embora os NEDET não tenham funcionado conforme o esperado em outros territórios, o fato de não ter projeto aprovado para a composição de um grupo destes no Território da

Grande Dourados, comprometeu a continuidade da organização e desenvolvimento que vinha sendo construída neste território.

#### **4. Ações da APOMS no território da Grande Dourados**

A APOMS teve origem com um grupo de produtores de café que se formou no município de Glória de Dourados (MS) nos anos 1980 (MORETTI, 2014, p. 93). A organização em relação aos produtos de alimentos orgânicos e mesmo a consolidação da associação ocorreu no começo dos anos 2000. Foi reestruturada visando atender a demanda de produtos saudáveis na Região da Grande Dourados dentro da lógica da economia solidária. Assumiu responsabilidades que foram fundamentais para a consolidação do PTC no Território da Grande Dourados através da participação ativa dos seus associados no CODETER.

Reflexo disto são algumas ações que identificamos pelas entrevistas que realizamos, como por exemplo a criação do Curso Superior Tecnológico em Agroecologia, que foi implantado na unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) de Glória de Dourados (MS), demanda originada pelas vias da abordagem territorial de desenvolvimento no CODETER. Vale lembrar que em momento algum o Sr. Olácio vinculou este curso superior como demanda da APOMS, mas sim do colegiado. Na verdade, a APOMS compreendeu as possibilidades do CODETER em fortalecer demandas que certamente eram da associação, já que o curso é ligado a assistência técnica à produção de agroecológicos.

Outra ação debatida no CODETER e direcionada para a UEMS de Glória de Dourados foi a criação do Laboratório de Estudos Territoriais da Grande Dourados (LETGD). Segundo o Sr. Olácio, foi um projeto de 2017, que o colegiado discutiu com o objetivo de criar uma estrutura que pudesse apoiar o desenvolvimento do território.

Da mesma forma o Centro de Desenvolvimento Territorial foi uma ação debatida pelo colegiado e começou a ser executada em Glória de Dourados em 2013. Este centro tem como objetivo a formação de agricultores familiares do Território da Grande Dourados tanto nos aspectos relativos a abordagem territorial, quanto nas questões técnicas e de processamento da produção familiar. Foi planejada uma edificação da seguinte forma: sala de administração (30m<sup>2</sup>), uma biblioteca com sala de estudos (120m<sup>2</sup>), 2 salas de aula com capacidade para 25 alunos cada, um auditório com capacidade para 84 lugares, pavilhão dos laboratórios didáticos, sendo 4 laboratórios,

salas para câmara fria, estufa, sala de ferramentas e banheiros masculino e feminino. No final de 2016 esta obra estava na fase de acabamentos.

Estas ações que apresentamos tiveram origem no espaço do CODETER, no entanto, o engajamento da APOMS em relação ao PTC e mesmo a localização da sua sede em Glória de Dourados, nos permite afirmar que a atuação desta associação tem sido fundamental para a propagação da abordagem territorial na Grande Dourados. Sobre a participação da APOMS no CODETER, um dos associados nos informou que:

Em 2011 ou 2012, a proponente das ações territoriais no Território da Grande Dourados foi a APOMS. Foi um período que a APOMS como associação da sociedade civil, foi responsável por contratar os recursos para fazer as atividades territoriais no território da Grande Dourados. Era um projeto com diversas ações, a gente conseguiu cumprir todas as ações, entregar todos os produtos e tivemos bons resultados com a associação. E ainda existe aí como testemunha, a comprovação, de que foi a melhor época que o Território da Grande Dourados conseguiu desenvolver ações com foco territorial e que trouxe algum tipo de resultado. Criamos site, criamos identidade, vários componentes aí para a política territorial. (Associado da APOMS – entrevista realizada em 16/12/2016).

Percebemos pelo exposto que a APOMS já havia feito a função que até o final de 2016 cabia aos NEDETS, de organizar o colegiado, de propor o que foi decidido em forma de projetos e acompanhar a execução das ações. Havia um empenho por parte da APOMS em propagar a perspectiva territorial para os demais municípios que compunham o Território da Grande Dourados. Por exemplo, o site foi criado para facilitar as informações entre os municípios e os participantes do CODETER. Precisamos ressaltar que o PTC funciona numa parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada. Nesta interação há uma interdependência dos agricultores familiares e demais sujeitos quanto a orientações para a formulação de projetos e mesmo em relação a organização dos eventos do território.

Como mencionamos anteriormente, quando houve a alteração da gestão do funcionamento dos colegiados do PTC com a implantação dos NEDETs, o Território da Grande Dourados não foi contemplado com projeto. Mesmo assim a APOMS deu continuidade a projetos inseridos na lógica do desenvolvimento territorial. Nas palavras do mesmo representante da APOMS:

Agora dia 20/12/2016 vai inaugurar lá em Dourados um entreposto de comercialização da APOMS, na rua W5, ali está sendo concretizado um projeto de uma central de comercialização de produtos da rede APOMS. Esse projeto está

na lógica de que um dos grandes problemas da agricultura familiar é a comercialização. É um projeto da APOMS, que veio como consequência de um outro projeto que era de organizar a rede. (Associado da APOMS – entrevista realizada em 16/12/2016).

O Entrepósito de produtos agroecológicos e orgânicos da rede APOMS foi uma ação realizada pela APOMS já no período em que as atividades do CODETER haviam sido interrompidas pela ausência de NEDET. Surgiu por intermédio de um projeto que submeteram enquanto associação ao Programa Redes Ecoforte coordenado pela Fundação Banco do Brasil, que visa o fortalecimento de redes de agroecologia. Esta ação adotou a estratégia de estabelecer um centro de comercialização na cidade de Dourados, que segundo a estimativa realizada em 2016 pelo IBGE conta com 215.486 habitantes, portanto, um potencial centro consumidor de produtos orgânicos.

O planejamento e a execução do Entrepósito de Produtos Agroecológicos pela APOMS, nos fez lembrar da resposta do Secretário de desenvolvimento territorial, Humberto Oliveira, ao perguntamos a ele sobre o porquê dos valores dos recursos destinados para o debate nos colegiados serem tão baixos. Em suas palavras:

Precisa ser entendido como um recurso que tem um caráter muito mais pedagógico do que de investimento, porque a gente não pode pensar que esse é o recurso de investir nos territórios rurais no Brasil. Isso é só para as pessoas aprenderem que poderia ser assim com várias políticas públicas. (Humberto de Oliveira – entrevista realizada em 02/12/2015).

Pela ação do Entrepósito construído em Dourados pode-se afirmar que a APOMS compreendeu este processo “pedagógico” da abordagem territorial ao participar de outros editais para além daqueles que tiveram contato por intermédio do CODETER do Território da Grande Dourados. Em certa medida, o PTC desencadeou processos de desenvolvimento entre grupos organizados em associações no Território da Grande Dourados e ainda contribuiu para uma continuidade de movimentos articulados entre os próprios sujeitos do território.

## **5. Considerações finais**

Podemos inferir que houve reflexos da abordagem territorial para além da institucionalização do PTC no Território da Grande Dourados. Quando houve a

interrupção das atividades do CODETER, a APOMS continuou a propor ações nos mesmos moldes das que eram discutidas no colegiado.

A atuação da APOMS no CODETER evidencia sua relevância quanto levantamento de demandas e planejamento das ações relativas a implantação do Curso Superior Tecnológico em Agroecológicos e do Laboratório de Estudos Territoriais da Grande Dourados. Mesmo que possa haver problemas relacionados ao funcionamento destas ações, os esforços para consolidar uma orientação educacional que considere a abordagem territorial é bem evidente.

Desta forma, a experiência de implantar o entreposto comercial em Dourados para atender produtores associados de toda a Grande Dourados, facilitando a distribuição dos produtos, demonstra a materialização dos reflexos que a abordagem territorial produziu no Território da Grande Dourados para além do âmbito institucional. Assim, podemos dizer que a APOMS desenvolveu a capacidade de auto conduzir processos dinâmicos endógenos entre os seus associados e demais agricultores familiares que repercutem por boa parte do Território da Grande Dourados.

## REFERÊNCIAS

ABREU, S. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições**. USP (Tese). São Paulo, 2001. p. 328.

BRASIL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – Território da Cidadania da Grande Dourados. MDA/CODETER**. Dourados, 2011. 143 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Vol. 5. Série Agronegócio. Brasília- DF: IICA, MAPA/SPA, 2007.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**. Vol. 24. Nº 68. São Paulo, 2010. p. 299-319.

MORETTI, S. A. L. **O território da produção orgânica no mundo da mercadoria**. Editora UFGD. Dourados, 2014. 210 p.

RUCKERT, A. A. **O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. IN: **Brasil. Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. ICCA / Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2005. p. 31-39.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ªed. Edusp: São Paulo, 2006.

SILVA, Sandro. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, Jan./Jun. 2012.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. Editora Fundação Perseu Abramo. 1ª edição. São Paulo, 2002. p. 127.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial de desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Ano 6, Nº 11. Porto Alegre, 2004. p. 88-125.